



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos, formação e exercício profissional

A VIVÊNCIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: APROXIMAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO COM A POPRUA NO CRDH

JÉSSICA KADINNY RODRIGUES NEVES¹

TATHIANE CONCEIÇÃO SILVA DE SOUZA²

RESUMO

Este relato de experiência, fruto de estágio em Serviço Social com a PopRua de Natal/RN, utiliza a metodologia de observação participante e registros em diário de campo para analisar a realidade de mulheres em situação de rua, suas estratégias de sobrevivência e práticas de resistência. O estudo evidencia as múltiplas formas de violação de direitos humanos e violência de gênero, destacando também as suas estratégias de enfrentamento a essa realidade, sobretudo a partir de sua inserção nos programas assistenciais e na militância do movimento da PopRua. Ao trazer à tona essa realidade, busca-se contribuir para um entendimento mais profundo das questões de gênero nesse contexto e explorar alternativas para superar a invisibilidade e violência que ainda faz parte da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Mulheres-em-Situação-de-Rua; Gênero; Direitos-Humanos.

ABSTRACT

This experience report, the result of an internship in Social Service with PopRua in Natal/RN, uses the methodology of participant observation and field diary records to analyze the reality of women living on the streets, their survival strategies and resistance practices. The study highlights the multiple forms of human rights violations and gender-based violence, also highlighting their strategies for confronting this reality, especially based on their insertion in assistance programs and in the activism of the PopRua movement. By bringing this reality to light, we seek to contribute to a deeper understanding of gender issues in this context and explore

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alternatives to overcome the invisibility and violence that are still part of Brazilian society.

Keywords: Homeless Women; Gender; Human Rights.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir da atuação enquanto estagiária de Serviço Social no Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) durante as oficinas do projeto “Rualogia II – Das marquises para Luta. Conhecer para Lutar”. Este projeto faz parte do escopo de atuação do CRDH, no que se refere a sua linha de atuação de Educação em Direitos Humanos (EDH) e assessoria a movimentos sociais. Nesse sentido, nos deteremos aqui nessa linha de atuação junto ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RN (MNPR/RN), com ênfase na vivência de rua das mulheres que participam das oficinas do Rualogia.

Utilizando a metodologia de observação participante e registros em diário de campo, o estudo objetiva explorar as vivências e estratégias de resistência das mulheres com vivência de rua, buscando apreender as complexidades e os desafios enfrentados por elas nesse contexto.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em dezembro de 2009, define essa população como um grupo que vive em condições de extrema pobreza, com laços familiares enfraquecidos ou rompidos, sem acesso a moradia convencional e que utiliza as ruas como espaço de permanência, além de recorrer a abrigos para pernoites, temporários ou provisórios (Brasil, 2009). De acordo com a PNPSR, é possível analisar que existem outras especificidades que perpassam a PSR e que devem ser levadas em consideração, como questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e deficiências físicas e intelectuais. Assim, conforme definição do MDS, essa população é caracterizada por um conjunto de desvantagens sociais.

Sobreviver nas ruas apresenta inúmeros desafios. Segundo Dantas (2007), a PSR encontra-se em estado de vulnerabilidade em diversos aspectos, incluindo suas relações familiares e comunitárias. Essa população vivencia constantemente situações de preconceito e discriminação por parte da sociedade, além de estar sujeito à violência, imprevisibilidade, adoecimento físico e mental, e a privação de atendimento a suas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidades básicas. A exaustiva luta diária pela sobrevivência pode desencadear diversos impactos nocivos às PSR, o que tende a levá-las a diversos tipos de violência.

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023), em dezembro de 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua registradas no Brasil, representando cerca de 1 a cada 1.000 habitantes. Desse total, 87% eram homens, entre 30 e 49 anos. Pode-se observar que, numericamente, a presença de mulheres em situação de rua é menos expressiva em comparação aos homens. No entanto, mesmo em menor quantidade, é fundamental abordar as especificidades que envolvem a condição feminina em uma sociedade pautada nas relações patriarcais de gênero (Cisne, Santos; 2018), que explora e precariza os corpos das mulheres de diferentes formas e em diferentes espaços.

Portanto, o presente relato de experiência tem como objetivo explorar as vivências e estratégias de resistência das mulheres com vivência de rua, buscando apreender as complexidades e os desafios enfrentados por elas nesse contexto. Ao abordar as experiências e as estratégias de sobrevivência dessas mulheres, o estudo evidencia as lacunas e as insuficiências das políticas existentes para lidar tanto com a PSR quanto com as mulheres nesse contexto. Além de expor as deficiências nas abordagens existentes, o relato contribui para a formulação de intervenções que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada por mulheres em vivência de rua.

O presente trabalho está organizado em duas seções principais. A primeira seção aborda a caracterização do projeto Rualogia e a atuação do CRDH junto ao MNPR/RN. Já a segunda seção foca na vivência das mulheres em situação de rua. Por fim, o trabalho apresenta as conclusões decorrentes do que foi apresentado acerca do tema.

1. A IDEALIZAÇÃO DO PROJETO RUALOGIA: a educação em direitos humanos como estratégia de atuação do CRDH no fortalecimento do MNPR/RN

O Centro de Referência em Direitos Humanos é um projeto de extensão composto por uma equipe técnica multiprofissional de Advogado, Assistente Social e Psicóloga Social, bem como estagiários/as das mesmas áreas e da Comunicação Social, que desenvolvem um trabalho interdisciplinar. Ademais, compõe sua equipe Docentes e profissionais das Ciências Sociais, Comunicação Social, Psicologia, Direito e Serviço Social que tem trajetória na atuação acadêmica e política no âmbito dos Direitos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Humanos (DH).

A partir da sua linha de atuação de assessoria a movimentos sociais, em 2012 o CRDH realiza a mobilização da PSR do RN e realiza uma ação no bairro da Ribeira¹, na capital Natal, e convida representantes do MNPR de todo Brasil para fazer falas políticas sobre organização social da PopRua. O intuito da atividade era identificar possíveis lideranças políticas e fomentar a construção de um núcleo do MNPR no RN, o que veio a acontecer no mesmo ano. Desde então, o MNPR/RN tem construído uma atuação política, em parceria com o CRDH, na cidade de monitoramento das PSR no estado do RN, articulação com a rede socioassistencial, saúde, dentre outras, para garantia de direitos dessa população e desenvolvido estratégias de enfrentamento das violências que acometem esse segmento populacional.

Como fruto dessa parceria entre MNPR/RN e CRDH, bem como do financiamento provindo de mandatos populares e progressistas do estado do RN, em 2022 o CRDH deu início à condução do Projeto “Rualogia – Das marquises para Luta. Conhecer para Lutar”. Este tem o objetivo de promover a formação sócio- política para PSR e em sua primeira edição (2022 - 2023), teve execução nos municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró.

O projeto funciona a partir da realização de oficinas, as quais são conduzidas por uma equipe composta por dois perfis distintos de oficinairos/as: um técnico - composto por profissionais da Psicologia, Pedagogia, Direito e Serviço Social apoiadores do MNPR - e outro de militantes do MNPR/RN e organizações que possuem aproximação com ele². O intuito deste segundo perfil é integrar os movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos da PSR. Assim, os/as oficinairos/as militantes trazem suas próprias vivências para o projeto e utilizam a remuneração das oficinas como fonte de trabalho e renda para as PSR.

¹O local escolhido foi estratégico para que houvesse adesão das PSR da cidade, pois nesse bairro há, até os dias atuais, uma grande concentração de PSR em virtude dos serviços e equipamentos que atendem essa população estarem localizados neste bairro.

² Os/as oficinairos/as de movimentos sociais é composto majoritariamente por militantes do MNPR/RN, mas conta com militantes de outras organizações que conduz a luta por direitos humanos na questão urbana e pelo direito à cidade, como é o caso do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB/RN) e a Associação Potiguar Plural, composta por usuários/as da rede de saúde mental do RN.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O principal objetivo do projeto é realizar oficinas com as PSR de formação política, voltadas para a apreensão dos direitos humanos em uma perspectiva crítica, identificação e formação de lideranças para o movimento e orientações com relação aos direitos sociais da PSR, com o intuito de contribuir com o protagonismo desses sujeitos no enfrentamento de violências na sua vida cotidiana. Utilizando uma metodologia de pesquisa-ação, o projeto adota práticas ativas e participativas - a exemplo da técnica do Teatro do Oprimido -, priorizando a inclusão da PSR no desenvolvimento das atividades, com mediação e intervenção dos facilitadores - oficinairos/as técnicos/as - durante todo o processo formativo das oficinas, que utilizam a perspectiva da educação popular para conduzir os momentos das oficinas.

Em sua primeira edição (2022 - 2023), o projeto contou com dez oficinas, as quais abordaram temas que a equipe do CRDH julgou relevante a partir de seu histórico de atuação com a PopRua, que foram melhor alinhados em reuniões do os/as oficinairos do MNPR/RN, bem como os técnicos.

Assim, os encontros das oficinas abordaram temáticas referentes a metodologias ativas e dinâmicas de integração e aproximação de grupos; Sociedade, Estado e Desigualdades sociais, com recorte para a pandemia da COVID-19; O Fenômeno da População em Situação de Rua: histórico e aporofobia, bem como a organização coletiva do MNPR no Brasil e RN; Legislações, resoluções e normativas: do internacional ao local, com ênfase na atenção integral à saúde; Rualogia em Fanzine: A Rua, Arte, cultural e educação popular; Direito à moradia e habitação, com ênfase na Assistência Social, trabalho, emprego e renda, e segurança alimentar; e Segurança pública, política de guerra às drogas, redução de danos e antiproibicionismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FIGURA 1 - OFICINA DO RUALOGIA I



FONTE: produções próprias do CRDH, 2022.

Ao final de 2023, as oficinas do Projeto Rualogia foram renovadas, mas com metade do orçamento. Assim, o “Rualogia II – Das marquises para Luta. Conhecer para Lutar” tem o tempo de execução até o final de 2024, com a previsão de cinco oficinas. A atual edição do projeto abordará cinco temas, incluindo a população em situação de rua, explorando suas origens, desafios, lutas e o impacto da aporofobia. Também serão discutidas as garantias de direitos por meio de políticas específicas, cuidados com a saúde, trabalho e renda, estratégias de redução de danos e o papel do controle social e participação da sociedade civil, através de Conselhos, Comitês e Participação Política. A organização política e o engajamento dos movimentos sociais serão destacados, com ênfase em questões de gênero, raça/etnia, classe social e estigmas associados.

Até o momento, já foram ministradas três oficinas, abordando as seguintes temáticas: “População em situação de rua e Movimento Nacional da População em Situação de Rua: origem, aporofobia, legislações e normativas” (Figura 2), que abordou as origem da PSR na história brasileira, com elementos da história da população negra, escravidão e racismo; “Moradia digna: porta de entrada para outros direitos sociais”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Figura 3), que abordou a temática da questão urbana, política habitacional e aluguéis sociais; e “Trabalho, Emprego e Renda: A PopRua é Classe Trabalhadora na Correria por Sobrevivência” (Figura 4), em que foram abordados as dificuldades que a PSR encontram para acessar o mercado de trabalho tendo em vista que suas necessidades mais básicas não são atendidas.

FIGURA 2 - OFICINA DO RUALOGIA II: primeira oficina



FONTE: produções próprias do CRDH, 2024.

FIGURA 3 - OFICINA DO RUALOGIA II: teatro do oprimido



FONTE: produções próprias do CRDH, 2024.

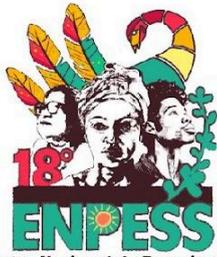
**FIGURA 4 - OFICINA DO RUALOGIA II: Trabalho, Emprego e Renda: A PopRua é Classe
Trabalhadora na Correria por Sobrevivência**

FONTE: produções próprias do CRDH, 2024

No item a seguir, nos deteremos a abordar a terceira oficina (Figura 4) da segunda edição do Rualogia, pois houve uma grande adesão de mulheres, bem como a oficina foi conduzida majoritariamente poricineiras do MNPR/RN, que trouxeram suas vivências na rua e a dificuldade do acesso ao trabalho e renda em um contexto em que até mesmo nas ruas as mulheres são responsabilizadas pelos cuidados de crianças e tem seus direitos sexuais e reproduzidos violados - a exemplo da realidade da pobreza menstrual, que atinge mulheres e homens trans nas ruas. Ademais, como as oficinas têm duração do dia todo, tendo pausas para lanches e almoço, a equipe do CRDH tem ficado atento ao que caracterizamos como “bordas” da oficina, as quais são espaços onde as PSR dialogam com a equipe sobre suas vivências e, nesse dia em questão, foram trazidos relatos expressivos de mulheres e a suas vivências nas ruas.

1. A VIVÊNCIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

A metodologia deste artigo está fundamentada em relatos coletados a partir de registros no diário de campo e observações participativas realizadas durante as oficinas do projeto Rualogia II e o trabalho com a PopRua. A partir desses registros, o trabalho apresenta dois principais relatos, com objetivo de analisar as realidades de vida de mulheres com vivência de rua, suas estratégias de sobrevivência e práticas de resistência diante das diversas violações de direitos que elas vivenciaram nesse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto.

Como afirma Nobre *et al.* (2018), a vivência das mulheres em situação de rua vai além das questões de gênero, abordando as realidades de diversas outras pessoas que vivem nas ruas ou dependem delas. Essas histórias refletem as práticas e os desafios do cotidiano, revelando as diversas estratégias de sobrevivência que se entrelaçam com as experiências individuais e as influências culturais, sociais, políticas e econômicas dos contextos em que estão inseridas.

Diante disso, o primeiro relato conta a história de Lúcia, que será identificada por um nome fictício para preservar sua identidade. Ela é uma mulher de trinta e quatro anos, que se autodeclara morena, é natural de Natal, casada e mãe de três filhos. Lúcia relata que, embora tenha trabalhado como faxineira, hoje conseguiu seu primeiro emprego formal como auxiliar de serviços gerais e também é beneficiária do programa Bolsa Família. Ela conta que começou a trabalhar aos nove anos para ajudar a sustentar sua família, desempenhando diversas atividades como trabalho em feiras, cuidado de crianças, faxinas e bicos. Ao longo de sua vivência, ela conta que fez diversos cursos, mas ainda assim, enfrentou dificuldades para adentrar no mercado de trabalho formal. O relato de Lúcia exemplifica a realidade de muitas pessoas em situação de rua que, mesmo obtendo qualificação, não conseguem empregos com vínculos formais.

Ao ser questionada sobre o momento que culminou sua ida para as ruas, Lúcia conta das violências sofridas pelo seu marido dentro de casa, especialmente as agressões físicas e verbais por parte dele. Segundo ela, os conflitos se intensificaram devido ao ciúme apresentado por ele, o que resultava em discussões constantes. Com receio das violências que essas discussões desencadeavam, Lúcia conta que tomou a decisão de deixar o lar, ainda que isso significasse ir para as ruas.

A fala de Lúcia revela a profundidade das situações enfrentadas por mulheres em contextos de violência. Quando uma mulher decide deixar sua própria casa, optando por viver nas ruas, é uma demonstração do nível de ameaça e desesperança que permeia essa realidade. Vivemos em uma sociedade que, muitas vezes, impõe à mulher a obrigação de permanecer em um ambiente de violência para manter o ideal da família intacto. Como observado por Aboim (2012), o lar, idealizado como um espaço protegido, pode também ser palco de opressões; no caso das mulheres em situação de rua, a ausência desse espaço agrava ainda mais a sua condição de vulnerabilidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lúcia conta que ao sair de casa, conseguiu um barraco localizado no viaduto do Baldo, Natal/RN, ela elencou diversas dificuldades causadas pela falta de infraestrutura nas ruas para atender suas necessidades básicas, com destaque para as relacionadas à precariedade menstrual. No contexto das mulheres em situação de rua, a precariedade menstrual emerge como um dos aspectos mais críticos e negligenciados.

Além disso, a vivência das mulheres em situação de rua são perpassadas pelo potencial risco de serem violentadas. A vulnerabilidade à violência física e sexual foi destacada por Lúcia ao relatar suas estratégias para evitar possíveis violências. Ela compartilhou que, para se proteger, evitava dormir sozinha, buscando sempre a companhia de outras mulheres para se sentir segura. Esse relato evidencia as estratégias coletivas que mulheres em situação de rua adotam para enfrentar os riscos, especialmente em contextos de extrema precariedade e insegurança.

Conforme Bezerra (2018), as mulheres em situação de rua são reduzidas à objetificação de seus corpos, condicionadas pelas exigências das forças produtivas. Ainda segundo a autora, nas ruas, o corpo se torna uma ferramenta de sobrevivência, onde, por meio da troca de explorações sexuais, elas garantem alimentos ou atendem a outras necessidades básicas. No caso das explorações sexuais, muitas vezes, essas práticas são necessárias para assegurar a permanência em determinados espaços públicos, como praças, estabelecendo as relações territoriais que definem a vida no cenário urbano.

Quando questionada sobre as diferenças entre a vivência de homens e mulheres em situação de rua, Lúcia destacou que os homens têm suas próprias maneiras de conseguir o que precisam, enquanto as mulheres enfrentam desafios maiores, especialmente porque muitas vezes a ajuda oferecida a elas vem acompanhada de segundas intenções. Segundo Lúcia, enquanto os homens geralmente não enfrentam essas situações, as mulheres precisam lidar com expectativa de retribuição em troca de algo tão básico como um prato de comida.

As diversas formas de criminalização enfrentadas pelas mulheres em situação de rua, como homicídios e estupros, refletem as perseguições que elas sofrem atualmente e mostram que seu cotidiano está repleto de violências que evidenciam a predominância das relações patriarcais de gênero. Além disso, essa violência dirigida às mulheres em situação de rua também se manifesta na moralização da sexualidade feminina,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reforçando o controle social sobre seus corpos (Bezerra, 2018).

O relato de Lúcia evidencia de forma clara como as experiências vivenciadas por homens e mulheres em situação de rua são distintas e permeadas por diferentes tipos de violações. Enquanto os homens enfrentam desafios específicos relacionados à sobrevivência nas ruas, as mulheres carregam o peso adicional da vulnerabilidade à violência de gênero, especialmente a violência sexual. As estratégias de proteção adotadas por ela em seu relato, como não dormir sozinha, refletem a necessidade constante de precaução que mulheres em situação de rua enfrentam, destacando as camadas adicionais de opressão e risco que atravessam suas vidas cotidianas. Esses relatos reforçam a importância de considerar as desigualdades de gênero ao abordar políticas e intervenções voltadas para a população em situação de rua, pois as necessidades e os desafios enfrentados por mulheres são frequentemente mais complexos e exigem respostas diferenciadas.

É importante ressaltar que a ausência do Estado em garantir direitos e políticas para a população em situação de rua, especialmente em relação às mulheres, acaba por legitimar a violência como parte inerente dessa condição. Essa violência está profundamente enraizada na estrutura da sociedade capitalista. Assim, como afirma Bezerra (2018), as ideias patriarcais que associam as mulheres em situação de rua à fragilidade são desmistificadas, pois é a própria sociedade que as torna "invisíveis", as silencia e as violenta. Nessas condições, para essas mulheres, a vida nas ruas se resume a uma constante luta entre a violência e a resistência.

Nesse contexto, a militância, então, surge como uma resposta às múltiplas violências que as mulheres em situação de rua enfrentam, como uma forma de resistência e reivindicação de direitos, sendo não só um espaço de luta, mas também um lugar de acolhimento e de construção de vínculos.

No Rio Grande do Norte, o Movimento da população em situação de rua começou em 2012, durante o IV Seminário de Direitos Humanos realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 12 de outubro, no bairro da Ribeira, em Natal. O evento, organizado pelo CRDH e outras entidades, focou no tema "Vivências de rua: sou invisível pra você?". A coordenação nacional do MNPR, presente no seminário, desempenhou um papel crucial na mediação e no início da organização política do Movimento no estado. Esse evento foi fundamental para mobilizar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

representantes do Movimento no Rio Grande do Norte e para consolidar o grupo na região (Lima, 2018).

Ao contar como tinha conhecido e se inserido no MNPR, Lúcia conta que seu primeiro contato foi durante a pandemia. Inicialmente, indo apenas para acompanhar uma amiga e somente após descobrir que o movimento se dedicava à luta por moradias e pelos direitos da PSR que ela iniciou uma atuação orgânica. O estímulo para sua participação mais ativa veio quando a amiga lhe falou sobre a possibilidade de transformação pessoal oferecida pelo movimento, o que fez ela considerar a ideia de que poderia mudar sua própria vida.

O movimento se destaca como um espaço crucial de fortalecimento político e coletivo. Nesse contexto, o desejo de transformação que o movimento representa é claramente evidenciado no relato de Lúcia por um sentimento de adesão à mudança de vida que ele promove. A atuação política da PSR através do movimento social permite que outras pessoas na mesma situação se vejam como cidadãos com voz ativa, exigindo reconhecimento e respeito na sociedade.

Ao trazer sobre a importância do movimento social na sua vida, ela conta que o movimento tem sido fundamental para sua trajetória, pois tem lhe possibilitado alcançar várias conquistas pessoais. Lúcia ocupa uma posição de representação em diversos espaços de controle social, como, por exemplo, no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP RUA).

A partir desse relato, fica evidente a importância da inserção das mulheres em espaços de formação política, pois isso possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico sobre as relações de gênero, sobre todas as formas de opressão do corpo feminino, das violências produzidas pelo patriarcado. Essa participação é essencial para a construção de um novo ser social, que busca dignidade e acesso a direitos. Além disso, a presença ativa das mulheres em tais espaços não apenas fortalece a luta por justiça social, mas também promove a criação de estratégias mais eficazes para enfrentar as desigualdades e construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa, pois quando discutimos política de forma abrangente, consideramos como ela impactará não apenas a nível individual, mas também de maneira coletiva.

O segundo relato abordado, será o de Aline, que também terá nome fictício para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

melhor compreensão. Aline é uma mulher negra de vinte e quatro anos, mãe de quatro crianças que atualmente não vivem com ela. As crianças, segundo Aline, vivem com a família do seu esposo. Ela relatou que, durante o período em que esteve em situação de rua, acabou fazendo uso abusivo de substâncias psicoativas e não tinha condições de cuidar das crianças. Além das dificuldades financeiras, o uso abusivo de drogas foi um fator determinante para a sua decisão de deixar as filhas com a família do seu companheiro, onde elas poderiam ter estudo e um futuro melhor. Aline diz que apesar de doloroso, ela escolheu o que considerou ser o melhor para suas filhas no momento. Aline está grávida de seis meses de um menino e conta que não pretende abrir mão desse filho, pois foi algo muito desejado por ela e seu companheiro.

Aline conta que apesar de ter vivido nas ruas, atualmente, ela consegue arcar com o pagamento do seu aluguel com o Bolsa Família, ela também relatou que só conseguiu sair das ruas a partir do benefício do aluguel social.

Diante do que foi observado do contexto de Aline, muitas indagações surgiram após esse relato. Em que contexto Aline saiu de casa? Com quantos anos foi para as ruas? Em que idade teve seus filhos? Como ela viveu essas gestações em situação de rua? Essas questões nos fazem refletir sobre as inúmeras adversidades que Aline provavelmente enfrentou enquanto vivia nas ruas. Apesar disso, o acesso a benefícios sociais tem sido crucial no contexto de saída das ruas, como exemplificado por Aline. A partir desses benefícios, Aline conseguiu acessar uma moradia, o que lhe permitiu obter um comprovante de residência, possibilitando que ela supere um dos principais obstáculos enfrentados pela PSR que é a falta de residência. Além disso, ter uma residência fixa auxiliará Aline nessa nova gestação, pois ela poderá realizar seu acompanhamento pré-natal em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do seu bairro. Esses avanços representam passos significativos em sua reintegração à sociedade.

As narrativas apresentadas neste trabalho, embora distintas, compartilham um ponto em comum: ambas retratam mulheres que vivenciaram a experiência de estar em situação de rua, atravessadas pelas inúmeras dificuldades que ser mulher em um contexto de vulnerabilidade impõe. Elas descrevem seus modos de vida, as estratégias que desenvolveram para lidar com as adversidades, falam sobre trabalho, filhos, sobre o desejo de mudar de vida, de resistência, dos medos e das lutas diárias.

A violência conjugal trazida como sendo um dos principais motivos para a saída



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do lar. O espaço que deveria trazer segurança, torna-se, para muitas, o epicentro de agressões. Além disso, a violência sexual surge como uma preocupação constante, gerando medo e levando à adoção de estratégias de proteção para enfrentar a vulnerabilidade imposta pelo contexto das ruas. A discriminação e as dificuldades específicas de ser mulher em situação de rua também foram evidenciadas nos relatos, desde a falta de locais seguros para realizar suas necessidades de forma digna. Embora a narrativa de Aline não tenha explorado essa questão em profundidade, estar grávida enquanto vivia nas ruas também traz uma série de desafios, como o acesso ao pré-natal e a realização de um parto em condições adequadas, além da necessidade de abrir mãos dos seus filhos por não ter como assegurar que eles tivessem uma infância segura e digna.

Todas essas violações e dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua são legitimadas por uma estrutura de violência de gênero que, embora afete todas as mulheres, é particularmente cruel para aquelas que vivem nesse contexto, especialmente para as mulheres negras. A interseccionalidade entre raça e gênero intensifica ainda mais as adversidades enfrentadas, evidenciando a necessidade de uma abordagem crítica que leve em consideração todos os aspectos aqui elencados na formulação de políticas públicas.

1. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou explorar e dialogar acerca da vivência de mulheres em situação de rua, destacando as múltiplas adversidades enfrentadas e as estratégias de resistência desenvolvidas por elas. A partir dos relatos que foram trazidos, evidenciou-se a necessidade de políticas públicas que considerem as interseções de gênero, raça e classe. Além disso, este estudo destacou a importância das políticas sociais, como os benefícios assistenciais, na reestruturação da PSR. O exemplo de Aline, que conseguiu sair das ruas e acessar direitos fundamentais graças a esses benefícios, ilustra os possíveis avanços quando há um suporte efetivo direcionado às necessidades dessa população.

Também foi fundamental discutir as questões relacionadas à violência doméstica, que é, muitas das vezes, o ponto de partida para muitas mulheres irem para o contexto de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

situação de rua. É crucial refletir e debater maneiras de promover a segurança para essas mulheres, evitando que a rua seja sua única saída. Outro ponto essencial revelado no estudo é o papel dos movimentos sociais como estratégia de resistência. A inserção nesses movimentos não só proporciona um espaço de luta por direitos, mas também fortalece vínculos que muitas vezes foram perdidos no contexto de situação de rua, como observado no caso de Lúcia, que conseguiu acessar um emprego formal e ocupar espaços de controle social, onde pode contribuir para a efetivação de políticas que promovam a dignidade para mulheres em situação de rua.

Em síntese, a discussão sobre os relatos trazidos por essas mulheres revela a necessidade de um olhar mais atento e específico por parte do Estado, com vistas à construção de alternativas que rompam com a lógica de invisibilidade e violência que permeia a vida dessa população.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, jan./abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100006>

BEZERRA, Floriza Soares. **"NOS BARES, NA LAMA, NOS LARES, NA CAMA"**:: uma análise ontológica da violência contra a mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2018.

Brasil. Decreto Nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

CANDIDA, Souza; PAIVA, Ilana Lemos. Por uma nova política de Direitos Humanos: a experiência do CRDH/RN. **Direitos Humanos e Práxis: experiências do CRDH/RN**, Natal, RN: EDUFRN, 2014.

DANTAS, Mônica Lucia Gomes. Construção de políticas públicas para população em situação de rua no Município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios. 2007. 163 f.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Nathália Potiguara de Moraes. **MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RN: formação política.** 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, Natal, 2018.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. 39 p. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

MIRLA, Cisne; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

MÓNICO, Lisete *et al.* A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: 6ª CONGRESO IBERO-AMERICANO EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, 6., 2017, Coimbra. **Atas CIAIQ2017.** Coimbra: Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, 2017. p. 724-733. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa. Acesso em: 10 ago. 2024.

NOBRE, Maria Teresa *et al.* NARRATIVAS DE MODOS DE VIDA NA RUA: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 175636, p. 1-10, 8 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>.